

**CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE****CONTROLES INTERNOS E PREVENÇÃO DE FRAUDES CONTÁBEIS EM  
PEQUENAS EMPRESAS****Amanda Ap. de Mendonça Santos****Guilherme Pereira Crispim S de Souza****Thayna Ferreira Machado****RESUMO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa a importância dos controles internos na prevenção de fraudes contábeis em pequenas empresas, considerando suas limitações estruturais, tecnológicas e de gestão. O estudo parte da constatação de que tais organizações, apesar de sua relevância econômica, são mais vulneráveis a erros e práticas fraudulentas devido à ausência de processos formais de controle e à concentração de funções. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem quali-quantitativa, com aplicação de questionário a 31 empresas, visando identificar práticas de controle, uso de tecnologia e percepção sobre riscos contábeis. Os resultados revelaram que a maioria das empresas utiliza controles manuais ou planilhas, com baixo nível de automação e segregação de funções, fatores que aumentam o risco de fraudes. Contudo, observou-se preocupação crescente com a ética e a transparência, bem como interesse gradual em adotar ferramentas tecnológicas acessíveis. Conclui-se que a efetividade dos controles internos está diretamente relacionada ao comprometimento da gestão, à capacitação dos colaboradores e ao uso de sistemas informatizados adequados à realidade das pequenas empresas. Dessa forma, a implementação de práticas simples, porém estruturadas, associadas à ética e à inovação, mostra-se essencial para a

confiabilidade das informações contábeis, a sustentabilidade financeira e a competitividade dos pequenos negócios.

**Palavras-chave:** Controles internos. Fraudes contábeis. Pequenas empresas. Governança. Tecnologia.

## **ABSTRACT**

This undergraduate thesis analyzes the importance of internal controls in preventing accounting fraud in small businesses, considering their structural, technological, and managerial limitations. The study recognizes that, despite their economic relevance, such organizations are more vulnerable to errors and fraudulent practices due to the lack of formal control processes and the concentration of functions. The research adopted a qualitative and quantitative approach, applying a questionnaire to 31 companies to identify control practices, use of technology, and perception of accounting risks. The results revealed that most companies rely on manual or spreadsheet-based controls, with low levels of automation and segregation of duties, which increase the risk of fraud. However, a growing concern with ethics and transparency was observed, as well as a gradual interest in adopting affordable technological tools. It is concluded that the effectiveness of internal controls is directly related to management commitment, employee training, and the use of information systems suited to the reality of small businesses. Therefore, the implementation of simple but structured practices, combined with ethics and innovation, is essential to ensure the reliability of accounting information, financial sustainability, and competitiveness of small enterprises.

**Keywords:** Internal controls. Accounting fraud. Small businesses. Governance. Technology.

## **INTRODUÇÃO**

As fraudes contábeis consistem na manipulação intencional de registros e informações financeiras com o objetivo de iludir usuários internos ou externos da contabilidade, como investidores, fornecedores e órgãos reguladores. Pequenas empresas, devido à simplicidade de sua estrutura e a

falta de controles internos formalizados, tornam-se mais vulneráveis a esse tipo de prática. De acordo com a Association of Certified Fraud Examiners (ACFE, 2022), empresas de menor porte apresentam maiores perdas proporcionais em casos de fraude, sendo as fraudes contábeis uma das modalidades mais prejudiciais, pois comprometem a tomada de decisões e a credibilidade da organização.

No campo da contabilidade e auditoria, com ênfase em controle interno e prevenção de fraudes contábeis. Conforme o desenvolvimento desta pesquisa, será apresentado que a ausência ou fragilidade de controles internos em pequenas empresas aumenta a probabilidade de ocorrência dessas fraudes, gerando prejuízos financeiros e danos à reputação. Diante disso, questiona-se quais controles internos podem ser implementados em pequenas empresas para prevenir fraudes contábeis de forma eficaz e viável?

A relevância de estudar este tema se deve ao fato de que fraudes contábeis comprometem a qualidade das informações financeiras e, conseqüentemente, a tomada de decisões, sendo que pequenas empresas possuem menor capacidade de absorver perdas e se recuperar de impactos negativos, o que reforça a necessidade de mecanismos preventivos. Parte-se da hipótese de que a adoção de controles internos básicos reduz significativamente a ocorrência de fraudes contábeis, de que a ausência de segregação de funções aumenta o risco de manipulação de registros e de que sistemas informatizados de gestão e auditorias internas periódicas aumentam a confiabilidade das informações financeiras.

A presente pesquisa tem por objetivo geral é analisar a importância dos controles internos na prevenção de fraudes contábeis em pequenas empresas, tendo como objetivos específicos conceituar fraudes contábeis e identificar suas principais modalidades, relacionar os elementos essenciais de um sistema de controle interno voltado à contabilidade, apresentar estratégias preventivas adaptadas à realidade de pequenas empresas e avaliar o impacto da tecnologia no fortalecimento do controle contábil.

Parte-se da hipótese de que a adoção de controles internos, mesmo que simplificados como a segregação de funções, a reconciliação de contas e o uso de ferramentas informatizadas contribui de forma significativa para a prevenção de fraudes contábeis em pequenas empresas, fortalecendo a confiabilidade das informações financeiras e a transparência organizacional.

Amanda Ap. de Mendonça Santos

Aluna do Curso Técnico em contabilidade, na Etec 222 – amanda.santos1300@etec.sp.gov.br

Guilherme Pereira Crispim S de Souza

Aluno do Curso Técnico em contabilidade, na Etec 222 - guilherme.souza636@etec.sp.gov.br

Thayna Ferreira Machado

Aluna do Curso Técnico em contabilidade, na Etec 222 – thayna.machado17@etec.sp.gov.br

## **1 CONTROLES INTERNOS E PREVENÇÃO DE FRAUDES CONTÁBEIS**

### **1.1 Referencial Teórico**

Este capítulo aborda a importância dos controles internos na prevenção de fraudes contábeis em pequenas empresas, com destaque para os principais conceitos, vulnerabilidades e modalidades de fraude.

#### **1.1.1 Contextualização das Pequenas Empresas**

As pequenas empresas desempenham papel estratégico na economia brasileira, representando uma parcela significativa da geração de empregos e da produção de riqueza no país (SEBRAE, 2023). Frequentemente, são responsáveis por estimular a inovação e a diversificação econômica, muitas vezes atendendo nichos de mercado que grandes empresas não alcançam (DORNELAS, 2018).

Apesar de sua relevância, enfrentam limitações estruturais, financeiras e de pessoal, o que impacta diretamente a gestão administrativa e contábil. Em muitas delas, colaboradores e gestores acumulam funções, aumentando a vulnerabilidade a erros, falhas de controle e práticas fraudulentas (IUDÍCIBUS, 2018).

#### **1.1.2 Vulnerabilidades das Pequenas Empresas**

Devido à estrutura enxuta e à escassez de recursos, as pequenas empresas têm dificuldades em implementar sistemas de controle interno eficazes, o que as torna mais suscetíveis a desvios de recursos e manipulação de informações financeiras. Esse contexto evidencia a necessidade de adoção de controles internos sólidos, que atuem como mecanismos preventivos, detectivos e corretivos, garantindo a conformidade legal, ética e estratégica da organização (SCHMIDT; SANTOS, 2006; COSO, 2013).

Além disso, a consolidação de uma cultura organizacional baseada na ética e na responsabilidade fortalece a governança, protege o patrimônio e aumenta a confiabilidade das informações contábeis, mesmo em ambientes com recursos limitados (MAGRO; CUNHA, 2017).

Portanto, o estudo sobre controles internos e prevenção de fraudes contábeis em pequenas empresas é essencial para compreender como esses mecanismos podem ser aplicados de forma eficiente para reduzir riscos, aumentar a confiabilidade das informações e assegurar a sustentabilidade financeira dessas organizações.

### **1.1.3 Introdução às Fraudes**

No contexto contábil, a fraude representa um risco significativo para a integridade financeira das empresas, especialmente das pequenas, que frequentemente possuem controles internos mais frágeis. A contabilidade, enquanto ciência voltada ao registro e interpretação dos fatos econômicos, é essencial para a transparência das informações financeiras. No entanto, quando manipulada indevidamente, pode ser utilizada para fins ilícitos, comprometendo a veracidade das demonstrações contábeis e prejudicando os usuários da informação.

Sá (1997) define fraude como:

“Ação intencional e premeditada destinada a prejudicar alguém, caracterizando-se pelo dolo, ou seja, atos planejados que visam a obtenção de benefício próprio em detrimento de terceiros.”

No âmbito contábil, a fraude envolve ações que afetam diretamente o patrimônio da empresa. Attie (2018) conceitua a fraude contábil como:

“A adulteração proposital de informações com a finalidade de obter vantagem ilícita ou mascarar a real situação patrimonial da organização, incluindo práticas como a omissão de receitas, o registro de despesas fictícias e a manipulação de estoques.”

De forma complementar, a NBC T12 (CFC) define fraude contábil como: “Atos voluntários de manipulação ou omissão de transações, adulteração de documentos e registros contábeis, tanto em termos físicos quanto financeiros, resultando em demonstrações financeiras distorcidas, lucros líquidos alterados e classificações incorretas de receitas e despesas” (MEDEIROS; SÉRGIO; BOTELHO, 2004).

As fraudes podem ocorrer em qualquer elemento contábil — ativos circulantes e permanentes, passivos, patrimônio líquido, custos, despesas e receitas — sempre que esses elementos forem utilizados para representar fatos inexistentes ou falsos, com o objetivo de beneficiar alguém em detrimento da empresa ou de terceiros (MEDEIROS; SÉRGIO; BOTELHO, 2004).

Sá (1997) ressalta:

“Na maioria dos casos, os atos fraudulentos são cometidos por indivíduos em posição de autoridade, que muitas vezes testam previamente os controles internos antes de executarem os atos dolosos.”

Em empresas que carecem de controles eficientes ou auditoria independente, a detecção da fraude torna-se mais complexa, podendo prolongar-se por longos períodos. Esse cenário é particularmente crítico em pequenas empresas, em que os recursos destinados à implementação de sistemas de controle são limitados e as funções contábeis frequentemente acumulam múltiplas responsabilidades.

Diversos fatores influenciam o processo de tomada de decisão, e quando o indivíduo se relaciona com pessoas que adotam condutas antiéticas,

há maior probabilidade de que também venha a agir de forma semelhante (ALMEIDA; ALVES, 2015).

Nesse sentido, um dos modelos mais aceitos para explicar a motivação das práticas fraudulentas é o Triângulo da Fraude, proposto por Cressey (1953). Esse modelo identifica três elementos fundamentais que, quando presentes simultaneamente, aumentam significativamente a chance de ocorrência de fraude (BARROS, 2003):

**Pressão:** relacionada a necessidades financeiras pessoais ou familiares, demandas externas ou exigências internas. Empresas em situação de instabilidade tendem a gerar maior pressão sobre seus executivos, aumentando a propensão a fraudar informações contábeis.

**Oportunidade:** refere-se às condições que possibilitam a execução da fraude com baixo risco de detecção. A ausência ou fragilidade dos controles internos, especialmente em pequenas empresas, favorece a manipulação de registros e a ocultação de práticas ilícitas.

**Racionalização:** ocorre quando o agente busca justificar sua conduta, ainda que apenas para si mesmo, de modo a não se perceber como fraudador. Esse processo é mais frequente em ambientes organizacionais em que o lucro é priorizado em detrimento da ética.



**Figura 1 – Triângulo da Fraude**

**Fonte: ACFE, 2012, p. 4503**

Diante desse contexto, torna-se evidente a importância de sistemas de controle interno bem estruturados como forma de prevenção. Medidas como segregação de funções, auditorias periódicas, monitoramento contínuo e supervisão adequada contribuem para reduzir oportunidades de fraude, além de garantir maior confiabilidade das demonstrações contábeis. A consolidação de uma cultura organizacional baseada na ética profissional e na responsabilização dos envolvidos fortalece a governança corporativa, promovendo a sustentabilidade financeira e a proteção do patrimônio empresarial.

#### **1.1.4 Principais Modalidades de Fraudes Contábeis**

Conforme Daniel Angelo (2024): “Fraudes contábeis são práticas ilegais que manipulam informações financeiras de uma empresa para enganar as partes interessadas.”

Algumas das fraudes contábeis mais comuns incluem:

**Caixa flutuante:** uso indevido do caixa destinado a pequenas despesas, podendo incluir desvios de recursos para benefício pessoal. A prevenção envolve conciliação bancária constante e análise de comprovantes de receitas e pagamentos.

**Fundo fixo:** valores destinados a setores ou filiais que podem ser alvo de adulteração de notas fiscais ou cupons. Auditoria interna e verificação rigorosa dos comprovantes são essenciais.

**Contas bancárias:** fraudes podem ocorrer por meio de cartões corporativos, tarifas indevidas ou movimentações online não autorizadas. Monitoramento das transações e controle de acesso são fundamentais.

**Compras:** aquisições superfaturadas ou inflacionadas podem gerar sobrepreço em ativos, afetando resultados futuros. Formalização de cotações, conferência das compras e auditorias nos ativos ajudam a prevenir essas fraudes.



**Quadro 1 – Principais modalidades de fraudes contábeis, exemplos e impactos financeiros**

| <b>Modalidade de Fraude</b>                  | <b>Descrição</b>                                 | <b>Exemplo Prático</b>                  | <b>Impacto Financeiro</b>  |
|--|--|---|--|
| <b>Falsificação de documentos</b>            | Alteração ou criação de documentos contábeis     | Notas fiscais falsas                    | Perdas financeiras, multas e processos judiciais                 |
| <b>Reconhecimento inadequado de receitas</b> | Registro de receitas antes da efetiva realização | Venda registrada sem entrega do produto | Lucro inflado e informações distorcidas                          |
| <b>Manipulação de despesas</b>               | Omissão ou postergação do registro de despesas   | Adiar pagamento de fornecedores         | Lucro artificialmente elevado e problemas de fluxo               |
| <b>Superavaliação de ativos</b>              | Inflar o valor de ativos                         | Superestimar estoques ou imóveis        | Pode levar a decisões erradas e perdas futuras                   |
| <b>Subavaliação de passivos</b>              | Omissão ou redução de dívidas e obrigações       | Não registrar empréstimos               | Ocultar a real situação financeira, aumentando risco de falência |

Fonte: Ramos (2015)

Elaborado por Amanda, Guilherme e Thayna (2025).

### 1.1.5 Controles Internos

O controle interno pode ser compreendido como um conjunto de procedimentos, políticas e práticas implementadas pelas organizações com o propósito de proteger seus recursos, garantir a confiabilidade das informações contábeis, prevenir fraudes e otimizar processos administrativos. Em empresas de pequeno porte, cuja estrutura organizacional geralmente é mais enxuta, sua aplicação torna-se ainda mais relevante, pois contribui para a redução de riscos e assegura que as demonstrações contábeis expressem de forma fidedigna a situação patrimonial e financeira.

Iudícibus (2018) define controle interno como: “Um conjunto de políticas, procedimentos e práticas estabelecidas para proteger o patrimônio da

empresa, prevenir fraudes, garantir a confiabilidade das informações contábeis e aumentar a eficiência operacional.”

Schmidt e Santos (2006) afirmam que o controle representa uma atividade de mensuração e avaliação, permitindo indicar a necessidade de ajustes nos rumos da organização, de modo a assegurar o alcance de seus objetivos e planos de negócios.

#### **1.1.6 Componentes Essenciais do Sistema de Controle Interno segundo o COSO (2013)**

De acordo com Andrade (2020) e o COSO (2013), o sistema de controle interno é estruturado em cinco componentes fundamentais, interdependentes e complementares: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. Esses elementos fornecem uma base integrada para a implementação de controles internos eficazes, adaptáveis inclusive à realidade de pequenas empresas.

**a) Ambiente de Controle** – Corresponde à base ética e estrutural da organização, incluindo a cultura de integridade, o código de conduta e a definição clara de responsabilidades. A entidade deve demonstrar comprometimento com valores éticos, possuir governança independente da gestão e estimular a responsabilidade individual dos colaboradores, além de investir na atração e retenção de profissionais competentes.

**b) Avaliação de Riscos** – Consiste no processo de identificação e análise de riscos que possam comprometer os objetivos organizacionais, considerando inclusive a possibilidade de ocorrência de fraudes. A avaliação deve abranger mudanças internas e externas que possam impactar o funcionamento do controle interno e a continuidade das operações.

**c) Atividades de Controle** – Representam políticas e procedimentos estabelecidos para mitigar riscos e garantir o cumprimento das diretrizes organizacionais. Incluem autorizações, aprovações, conciliações, auditorias, segregação de funções e controles tecnológicos. A formalização e padronização dessas atividades asseguram maior confiabilidade às operações.

**d) Informação e Comunicação** – Refere-se à obtenção, geração e disseminação de informações relevantes, assegurando que colaboradores em todos os níveis tenham acesso às responsabilidades atribuídas. Engloba, ainda, os canais de comunicação externos, que ampliam a transparência e fortalecem a confiança dos stakeholders nos processos organizacionais.

**e) Monitoramento** – Envolve avaliações contínuas e/ou independentes com o objetivo de verificar a eficácia dos controles internos. As deficiências identificadas devem ser comunicadas tempestivamente à administração e à governança, possibilitando a adoção de medidas corretivas rápidas e eficazes. Esse processo contínuo promove o aprimoramento dos controles internos e consolida a cultura de integridade.

### 1.1.7 Tipos de Controles Internos

Os controles internos podem ser classificados em:

**Preventivos:** destinados a evitar erros ou irregularidades, por meio de normas, treinamentos e segregação de funções;

**Detectivos:** aplicados para identificar falhas já ocorridas, como auditorias e conciliações;

**Corretivos:** voltados para corrigir problemas identificados, garantindo a melhoria contínua dos processos (AZEVEDO et al., 2017; SÁ, 2001).

### Exemplos Práticos

#### a) Controles Preventivos

- **Caixa e vendas:** o proprietário define que somente o responsável pelo caixa pode manusear o dinheiro, enquanto outra pessoa faz o registro das vendas.
- **Treinamento básico:** capacitação simples para os funcionários sobre como registrar corretamente as vendas ou emitir notas fiscais.
- **Políticas simples:** exigência de que todas as compras de mercadorias tenham nota fiscal, evitando entradas “informais” no estoque.

## **b) Controles Detectivos**

- **Conferência de caixa diário:** ao final do dia, o dono ou gerente confere se o valor em dinheiro e cartões corresponde ao total de vendas registradas.
- **Conciliação bancária mensal:** comparar o extrato da conta da empresa com o livro-caixa, verificando depósitos e pagamentos.
- **Inventário periódico:** contar o estoque a cada semana/mês para identificar perdas, desvios ou falhas de registro.

## **c) Controles Corretivos**

- **Ajustes no estoque:** quando o inventário revela divergências, corrigir o registro e orientar os funcionários sobre o procedimento correto.
- **Revisão de processos:** se um pagamento foi feito em duplicidade, adotar um controle simples como uma planilha de “contas pagas” para evitar reincidência.
- **Troca ou melhoria do sistema de gestão:** se a empresa usa apenas caderno ou planilhas e percebe erros frequentes, adotar um sistema online simples de controle financeiro.

### **1.1.8 Controle Interno e Auditoria**

A auditoria interna reforça os controles, avaliando sua adequação e eficiência e propondo melhorias. Magro e Cunha (2017) destacam que a auditoria fortalece a gestão de riscos e a governança corporativa, enquanto Sonza e Kloeckner (2014) afirmam que a governança alinha interesses de sócios, executivos, acionistas e órgãos reguladores, promovendo transparência e confiança nos resultados.

### **1.1.9 Importância dos Controles Internos**

Os principais benefícios da implementação de controles internos bem estruturados são:

- Prevenção e redução de fraudes e desvios de recursos;

- Confiabilidade das informações contábeis;
- Melhoria da eficiência operacional;
- Suporte à tomada de decisão estratégica;
- Conformidade com legislações e normas regulatórias;
- Proteção do patrimônio e fortalecimento da governança corporativa.

## **2 ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS E TECNOLOGIA NO CONTROLE CONTÁBIL**

### **2.1 Referencial Teórico**

Neste capítulo são abordadas as estratégias preventivas e a tecnologia no controle contábil, enfatizando a importância de medidas como auditorias internas, segregação de funções e políticas de compliance, bem como a utilização de ferramentas tecnológicas, como ERP, inteligência artificial e blockchain, para o fortalecimento dos controles internos. Destaca-se, ainda, o papel estratégico do contador e do auditor na supervisão, análise e interpretação das informações contábeis, assegurando a confiabilidade e a integridade dos dados financeiros.

#### **2.1.1 Estratégias Preventivas**

A prevenção de fraudes contábeis em pequenas empresas depende da implementação de medidas práticas, simples e eficazes, que atuem tanto na redução de oportunidades quanto na detecção precoce de irregularidades (PADOVEZE, 2010; COSO, 2013). Conforme IUDÍCIBUS (2018), a aplicação consistente de controles internos contribui para a proteção do patrimônio, a confiabilidade das informações contábeis e a melhoria da eficiência operacional.

#### **2.1.2 Segregação de Funções**

A divisão de responsabilidades entre diferentes colaboradores reduz a possibilidade de manipulação de registros. PADOVEZE (2010) destaca que a segregação de funções impede que uma única pessoa concentre todas as etapas de uma transação financeira, criando barreiras naturais contra fraudes.

Na prática, isso significa que quem realiza lançamentos contábeis não deve ser o mesmo responsável por autorizar pagamentos ou conciliar contas bancárias.

### **2.1.3 Reconciliações e Conferências Periódicas**

Conciliações bancárias regulares, conferência de notas fiscais e acompanhamento de estoques permitem identificar inconsistências rapidamente (IUDÍCIBUS, 2018; SÁ, 1997). Pequenas empresas podem adotar checklists mensais para revisar entradas e saídas de recursos, garantindo maior confiabilidade das informações e facilitando a detecção de irregularidades.

### **2.1.4 Auditorias Internas e Revisões Periódicas**

Mesmo que simplificadas, auditorias internas monitoram processos contábeis e detectam desvios. MAGRO e CUNHA (2017) afirmam que auditorias periódicas fortalecem a governança corporativa e proporcionam maior segurança aos gestores e investidores. Em pequenas empresas, a auditoria pode ocorrer por meio de revisões trimestrais das demonstrações financeiras, promovendo ajustes rápidos e prevenção de fraudes.

### **2.1.5 Políticas de Compliance e Código de Conduta**

Estabelecer normas claras de ética e responsabilidade financeira consolida uma cultura organizacional de integridade (COSO, 2013; PADOVEZE, 2010). Políticas de compliance reduzem vulnerabilidades, definem padrões de conduta e orientam os colaboradores sobre como agir em situações de risco.

### **2.1.6 Treinamento e Capacitação de Colaboradores**

Capacitar a equipe sobre controles internos, riscos de fraude e boas práticas contábeis aumenta a conscientização e reduz a probabilidade de erros ou desvios intencionais (ALMEIDA; ALVES, 2015; IUDÍCIBUS, 2018). O treinamento deve ser periódico e adaptado à realidade da empresa, abordando procedimentos práticos de prevenção.

### **2.1.7 Adoção de Sistemas Tecnológicos Simplificados**

Softwares de ERP, plataformas de conciliação automática e alertas de transações suspeitas auxiliam na identificação de irregularidades, tornando os controles mais confiáveis e eficientes (SILVA; COSTA; SEGABINAZZI, 2023; CALDEIRA; MARQUEZ, 2010). Ferramentas digitais permitem automatizar lançamentos contábeis, integrar bancos de dados e gerar alertas para transações atípicas, facilitando a supervisão e reduzindo riscos.

É importante ressaltar que, em pequenas empresas, a adoção dessas ferramentas deve considerar soluções de baixo custo e fácil implementação, como ContaAzul, Tiny ERP ou planilhas integradas com alertas automáticos, uma vez que recursos limitados costumam restringir o acesso a sistemas mais avançados.

#### **2.1.8 Integração das Estratégias**

A eficácia das estratégias preventivas depende de sua aplicação de forma integrada. A combinação de segregação de funções, auditorias periódicas, políticas de compliance e ferramentas tecnológicas cria múltiplas barreiras contra fraudes, fortalecendo a segurança e a confiabilidade das informações financeiras (PADOVEZE, 2010; COSO, 2013).

#### **2.1.9 Exemplo Prático**

Em uma pequena empresa de comércio, um fluxo integrado de prevenção poderia incluir:

1. Controle do caixa por um colaborador e conciliação bancária por outro;
2. Revisão mensal das movimentações financeiras pelo contador;
3. Treinamento anual de todos os funcionários sobre ética e procedimentos contábeis;
4. Sistema de gestão financeira com alertas automáticos de valores atípicos.

Essa abordagem reduz significativamente os riscos de fraudes, fortalecendo a governança e a confiabilidade das informações (MAGRO; CUNHA, 2017; IUDÍCIBUS, 2018).

## **2.2 Impacto da Tecnologia no Fortalecimento do Controle Contábil em Pequenas Empresas**

A contabilidade, historicamente considerada uma área conservadora, vem passando por profundas transformações com o avanço tecnológico, especialmente no contexto da Quarta Revolução Industrial. A digitalização e a incorporação de ferramentas digitais impactam diretamente a gestão financeira das pequenas empresas, exigindo habilidades analíticas, visão estratégica e domínio de tecnologias como ERP, Big Data, inteligência artificial (IA), RPA e computação em nuvem (cloud computing) (SILVA; COSTA; SEGABINAZZI, 2023). Essas inovações permitem automatizar tarefas operacionais, fortalecer controles internos e prevenir fraudes (CALDEIRA; MARQUEZ, 2010; PADOVEZE, 2010).

### **2.2.1 Automação e Eficiência Operacional**

A automação de processos contábeis reduz lançamentos manuais e conciliações repetitivas, aumentando a confiabilidade das informações (SILVA, 2023; OLIVEIRA; PEREIRA, 2020). Big Data e IA possibilitam o processamento de grandes volumes de dados em tempo real, identificando padrões suspeitos, prevendo tendências financeiras e sinalizando inconsistências.

Apesar disso, em pequenas empresas a utilização de tecnologias mais sofisticadas, como Big Data e IA, ainda é limitada devido a custos elevados e necessidade de mão de obra especializada, sendo mais viável o uso de sistemas contábeis simplificados, ERPs de baixo custo e planilhas integradas.

Exemplos de automação incluem:

- Lançamentos automáticos de contas a pagar e receber;
- Integração bancária;
- Atualização de estoque em tempo real;
- Emissão automática de notas fiscais;
- Consolidação de relatórios gerenciais.

### **2.2.2 Segurança, Transparência e Controles Internos**



Tecnologias como blockchain e cloud computing aumentam a segurança e transparência dos registros. Blockchain garante registros imutáveis e auditáveis, enquanto cloud computing oferece armazenamento seguro, backup automático, criptografia e acesso remoto (AMORIM; OLIVEIRA, 2023; SILVA, 2023).

No entanto, em micro e pequenas empresas, a adoção de blockchain ainda é incipiente, justamente pela complexidade e custo. Já a computação em nuvem, por ser mais acessível, tem ganhado espaço como alternativa viável para fortalecer controles internos.

Sistemas de Informação Contábil (SICs) desempenham papel essencial na prevenção de fraudes, por meio de:

- Sistema de Processamento de Transações (SPT);
- Sistema de Livro Razão Geral (SRF);
- Sistema de Relatórios Gerenciais (SRG).

### **2.2.3 Papel Estratégico do Contador e do Auditor**

Mesmo com a automação e a inteligência artificial, o profissional contábil continua sendo peça central no fortalecimento dos controles internos. Ele interpreta dados digitais, identifica riscos e sinais de fraude, implementa políticas contábeis, supervisiona conciliações periódicas e garante a confiabilidade das informações (CUNHA; COLARES, 2023; CALDEIRA; MARQUEZ, 2010).

O auditor, por sua vez, assume um papel mais analítico e estratégico, utilizando ferramentas digitais para monitoramento em tempo real e auditoria contínua, complementando o papel do contador na prevenção de fraudes.

Exemplos práticos do papel do profissional contábil/auditor incluem:

- Interpretação de alertas de softwares de IA;
- Supervisão de controles internos;
- Treinamento da equipe em boas práticas contábeis;

- Participação estratégica na tomada de decisão;
- Análise de padrões suspeitos.

#### 2.2.4 Impacto Organizacional da Adoção de Tecnologia

A incorporação de tecnologia em micro e pequenas empresas proporciona redução de custos operacionais, aumento de produtividade, maior integração entre setores, melhoria na comunicação interna e decisões estratégicas mais rápidas e fundamentadas (PADOVEZE, 2010; GIL, 2008).

Entretanto, desafios como a falta de recursos financeiros, resistência cultural à mudança, escassez de conhecimento técnico e dificuldades de capacitação podem limitar a implementação plena dessas ferramentas (OLIVEIRA; PEREIRA, 2020). Por isso, o sucesso da transformação digital depende de planejamento estratégico, mapeamento de processos e escolha adequada de tecnologias proporcionais à realidade da empresa.

#### 2.2.5 Tecnologias, Funções, Benefícios e Papel do Contador/Auditor

Diante das tecnologias aplicáveis ao controle contábil, o quadro a seguir apresenta suas principais funções, os benefícios proporcionados e o papel do contador ou auditor na utilização e supervisão dessas ferramentas. Essa visualização permite compreender de forma integrada como cada tecnologia contribui para a prevenção de fraudes e o fortalecimento dos controles internos em pequenas empresas.

**Quadro 2 – Tecnologias aplicadas ao controle contábil, funções, benefícios e papel do contador/auditor**

| <b>Tecnologia</b>                | <b>Função</b>                          | <b>Benefício</b>                             | <b>Papel do Contador/Auditor</b>         |
|----------------------------------|--|--|--|
| <b>ERP / Softwares Contábeis</b> | Lançamentos automáticos e conciliações | Reduz erros manuais e aumenta confiabilidade | Supervisiona e integra informações       |
| <b>Big Data / IA</b>             | Análise de grandes volumes de dados    | Identificação de padrões suspeitos           | Interpreta dados e gera alertas de risco |

| Tecnologia      | Função                           | Benefício                         | Papel do Contador/Auditor                   |
|-----------------|----------------------------------|-----------------------------------|---|
| RPA             | Automação de tarefas repetitivas | Economia de tempo e padronização  | Define regras e monitora processos          |
| Blockchain      | Registro de transações imutável  | Transparência e segurança         | Valida registros e garante auditabilidade   |
| Cloud Computing | Armazenamento seguro e backup    | Proteção de dados e acesso remoto | Supervisiona acesso e integridade dos dados |

Fonte: Elaborado por Amanda, Guilherme e Thayna (2025).

## 2.3 Aplicação do Triângulo da Fraude nas Estratégias Preventivas

Conforme discutido no Capítulo 1, o Triângulo da Fraude identifica os fatores que favorecem a ocorrência de fraudes: pressão, oportunidade e racionalização (CRESSEY, 1953). As estratégias preventivas e tecnologias analisadas neste capítulo atuam diretamente sobre esses fatores, conforme detalhado abaixo:

**Redução de oportunidades:** segregação de funções, reconciliações periódicas e controles de acesso;

**Redução da racionalização:** políticas de compliance, código de conduta e treinamentos;

**Redução da pressão:** auditorias periódicas, monitoramento contínuo e sistemas tecnológicos que garantem transparência.

**Quadro 3 – Relação entre o Triângulo da Fraude e as Estratégias Preventivas**

| Elemento do Triângulo da Fraude | Estratégias Preventivas   | Exemplo Prático                             | Efeitos Esperados  |
|---------------------------------|---|---|--|
| Pressão                         | Auditorias periódicas;<br>Monitoramento contínuo;<br>Políticas de apoio à gestão financeira | Revisão trimestral das contas pelo contador | Reduz a pressão individual e permite correção antes que surjam fraudes |

| <b>Elemento do Triângulo da Fraude</b> | <b>Estratégias Preventivas</b>  | <b>Exemplo Prático</b>  | <b>Efeitos Esperados</b>  |
|--|---|---|---|
| <b>Oportunidade</b>                    | Segregação de funções;<br>Reconciliações periódicas;<br>Controles de acesso a sistemas  | Caixa controlado por um colaborador, conciliação bancária por outro | Dificulta a prática de fraudes e limita manipulação sem detecção                  |
| <b>Racionalização</b>                  | Código de conduta;<br>Políticas de compliance;<br>Treinamentos de conscientização ética | Treinamentos anuais sobre ética e procedimentos contábeis           | Reduz justificativa interna para atos ilícitos e reforça a cultura de integridade |

**Fonte: CRESSEY (1953). Elaborado por Amanda, Guilherme e Thayna (2025).**

Como mostrado, a tecnologia potencializa o efeito das estratégias preventivas, tornando os controles mais confiáveis e eficientes. O resultado final é a redução de riscos e o fortalecimento da governança, conforme objetivos do Capítulo 1.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

Este estudo caracteriza-se como uma **pesquisa aplicada**, voltada à geração de conhecimento com aplicabilidade prática na gestão contábil de micro e pequenas empresas.

##### **3.1.1 Abordagem**

Quanto à abordagem, adota-se o **método quali-quantitativo**, também denominado misto, que combina técnicas estatísticas com interpretações descritivas. A escolha metodológica é respaldada por Campa et al. (2023), que afirmam que “a pesquisa sobre fraudes contábeis tem se beneficiado do uso combinado de métodos qualitativos e quantitativos, permitindo uma compreensão mais ampla e profunda do fenômeno”.

Essa abordagem permite explorar tanto os mecanismos objetivos dos controles internos quanto as percepções subjetivas dos gestores sobre fraudes

contábeis, conforme evidenciado por Navarrete e Gallego (2022), em estudo qualitativo sobre ferramentas de contabilidade forense.

### 3.1.2 Dimensão Quantitativa e Qualitativa

A **dimensão quantitativa** será evidenciada por meio da aplicação de um questionário estruturado, com itens fechados e escala de Likert, possibilitando análise estatística descritiva.

A **dimensão qualitativa** será contemplada nas respostas abertas, que permitirão interpretar percepções, experiências e motivações dos participantes, conforme recomendação de Hoseinaei et al. (2024), que defendem o uso de entrevistas e fundamentação teórica para validar modelos de auditoria baseados em indicadores de fraude.

### 3.1.3 Objetivos da Pesquisa

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como **exploratória e descritiva**. Gil (2008) afirma que pesquisas exploratórias são adequadas para investigar fenômenos pouco estudados, enquanto as descritivas permitem caracterizar práticas e comportamentos observados. Essa classificação é coerente com a proposta de mapear práticas de controle interno e estratégias de prevenção de fraudes em pequenas empresas.

### 3.1.4 Etapas da Pesquisa

A pesquisa será desenvolvida em duas etapas complementares:

**Revisão bibliográfica:** Consistirá na análise de livros, artigos científicos, normas técnicas e documentos institucionais, com destaque para autores como Iudícibus, Padoveze, Attie, Magro & Cunha, além das diretrizes do COSO e da NBC T12. Essa etapa fornecerá a base teórica para consolidar conceitos de fraudes contábeis, controle interno, governança e uso da tecnologia na mitigação de riscos.

**Coleta de dados:** Será realizada por meio de um questionário estruturado, elaborado na plataforma Google Forms e aplicado a

microempreendedores individuais e microempresas com CNPJ ativo. O instrumento contará com perguntas fechadas, abertas e itens avaliados por escala de Likert de 5 pontos, permitindo posterior análise quali-quantitativa. Essa estrutura metodológica segue exemplos de estudos aplicados como os de De Oliveira Orth et al. (2023), que combinaram entrevistas e testes estatísticos para investigar processos motivacionais em fraudes contábeis.

### **3.1.5 Estrutura do Questionário**

O questionário será dividido em **cinco blocos temáticos**:

1. **Perfil da empresa:** Porte, segmento de atuação, tempo de funcionamento e número de funcionários.
2. **Controles internos:** Práticas adotadas, segregação de funções e uso de sistemas.
3. **Tecnologia contábil:** Ferramentas digitais utilizadas, nível de informatização e intenção de investimento.
4. **Percepção sobre fraudes:** Grau de vulnerabilidade percebido, frequência de situações de risco e impacto atribuído à ausência de controles internos.
5. **Escala de Likert (5 pontos):** Avaliação sobre práticas de controle, cultura organizacional e uso de tecnologia.

### **3.1.6 Universo e Amostra**

O universo da pesquisa será composto por microempreendedores individuais (MEIs) e microempresas com CNPJ ativo. A amostra será definida por conveniência, considerando a acessibilidade e disponibilidade dos respondentes, com objetivo de obter entre 30 a 50 respostas válidas, sendo a meta ideal até 100 participantes.

### **3.1.7 Tratamento e Análise dos Dados**

Os dados serão tabulados em planilhas eletrônicas e submetidos a análises que incluirão:

- Limpeza dos dados (eliminação de respostas incompletas ou inconsistentes);
- Tabulação e organização em tabelas e gráficos;
- Análise estatística descritiva (frequências, médias e desvios-padrão);
- Agrupamento das respostas abertas em categorias temáticas, utilizando análise de conteúdo, conforme Bardin (2011);
- Avaliação da escala de Likert, para identificar padrões de percepção e práticas relacionadas à prevenção de fraudes contábeis.

### 3.1.8 Ética na Pesquisa

Serão observados os **princípios éticos da pesquisa científica**. Os participantes serão informados sobre a voluntariedade da participação, a possibilidade de desistência a qualquer momento e a utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos. O anonimato será garantido e os resultados apresentados de forma agregada.

### 3.1.9 Limitações do Estudo

Reconhecem-se limitações como a **amostragem por conveniência**, a dependência de dados autodeclarados e o recorte temporal. Além disso, conforme apontado por Campa et al. (2023) e Airout et al. (2024), a fragmentação conceitual e a heterogeneidade dos métodos dificultam comparações entre estudos, sendo um desafio comum em pesquisas mistas.

Apesar disso, a abordagem quali-quantitativa adotada amplia a compreensão do fenômeno e contribui para o avanço das investigações sobre fraudes contábeis em pequenas empresas.

## 4 RESULTADOS OBTIDOS

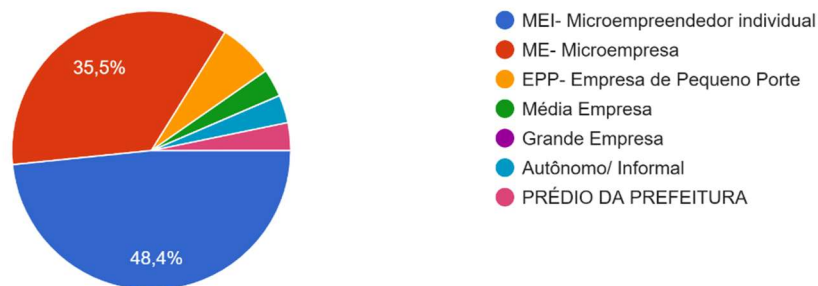
Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados por meio da pesquisa aplicada junto a 31 empresas, com foco na caracterização dos respondentes e na avaliação das práticas de controle interno, uso de tecnologias, percepção de riscos e cultura organizacional. A seguir, os resultados são organizados por categorias temáticas para facilitar a compreensão..

## 4.1 Caracterização das Empresas Respondentes

### 4.1.1 Porte das Empresas

**Figura 1 – Porte das empresas participantes**

Qual o porte da empresa  
31 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

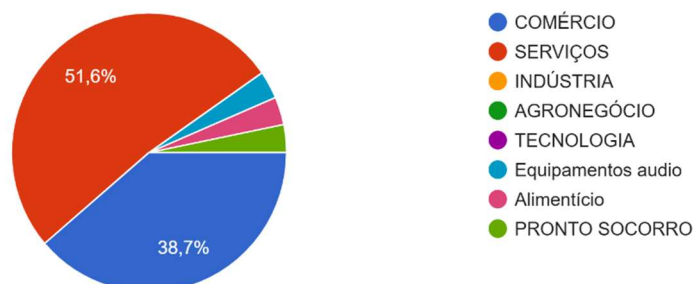
A Figura 1 apresenta o porte das empresas que participaram da pesquisa, totalizando 31 respondentes. Observa-se que a maior parte pertence a **microempreendedores individuais (48,4%)** e **microempresas (35,5%)**, enquanto as demais categorias empresas de pequeno porte, médias, grandes e autônomos representam uma parcela significativamente menor. Esses dados indicam que a amostra é composta, predominantemente, por organizações de pequeno porte, com estruturas mais enxutas e recursos administrativos limitados.

### 4.1.2 Segmento de Atuação

**Figura 2 – Segmento de atuação das empresas**



Segmento de atuação  
31 respostas



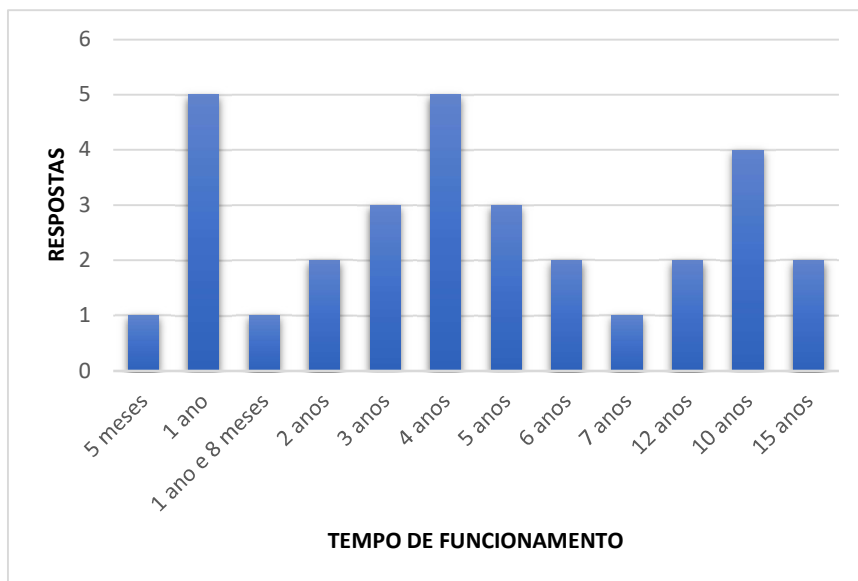
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A **Figura 2** apresenta os segmentos de atuação das empresas que participaram da pesquisa, totalizando 31 respondentes. Observa-se que a maioria significativa está inserida no setor de **serviços (51,6%)**, seguido pelo setor de **comércio (38,7%)**. Os demais segmentos como indústria, agronegócio, tecnologia, equipamentos de áudio, alimentício e pronto socorro representam uma parcela bem menor da amostra, indicando baixa participação desses ramos específicos.

A predominância dos setores de serviços e comércio está alinhada com a realidade econômica brasileira, onde **microempresas e MEIs** são, em sua maioria, concentrados nessas áreas, conforme dados do SEBRAE (2021). Esses setores, por suas características operacionais, frequentemente apresentam uma estrutura administrativa mais simplificada e, consequentemente, controles internos menos formalizados.

#### 4.1.3 Tempo de funcionamento

**Figura 3 – Tempo de funcionamento das empresas participantes**



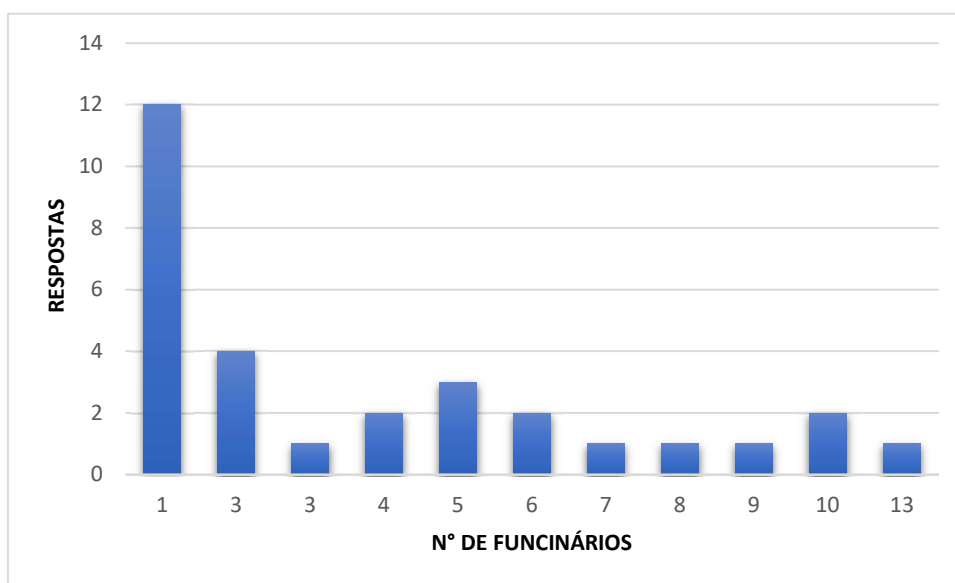
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A figura 3 mostra a distribuição do tempo de funcionamento das empresas participantes, totalizando **31 respondentes**. Observa-se que a maioria das empresas está concentrada nos primeiros anos de operação, com destaque para os períodos de **1 ano** e **4 anos**, que têm o maior número de respostas, com **5 respostas** cada. As empresas com **menos de 5 anos** somam a maior parte da amostra, enquanto as com **mais de 10 anos** têm uma participação bem menor, com apenas **2 respostas** para o intervalo de **15 anos** e **3 respostas** para **10 anos**.

A concentração de empresas em intervalos de tempo menores reflete a realidade das **microempresas** e **MEIs**, que muitas vezes têm uma vida útil curta ou estão em fases iniciais de crescimento, o que as torna mais vulneráveis a problemas de **gestão e controle interno**. O maior número de empresas no período de **4 anos** indica uma fase crítica de **consolidação**, onde os controles internos precisam ser formalizados para garantir a continuidade dos negócios. Já as empresas com **mais tempo de funcionamento** podem ter uma estrutura de controles mais estabelecida, mas também enfrentam desafios de adaptação a novas demandas do mercado, o que reforça a importância da **atualização dos controles internos** ao longo do tempo.

#### 4.1.4 Número de Funcionários

**Figura 4 – Quantidade de funcionários**



**Fonte: Dados da pesquisa (2025)**

A Figura 4 apresenta a distribuição do número de funcionários entre os 31 respondentes. Observa-se que **12 respondentes (38,7%)** possuem **apenas 1 funcionário**, e **4 respondentes (12,9%)** informaram ter **3 funcionários**. As demais **15 respostas (48,4%)** estão distribuídas entre empresas com **2 a 13 funcionários**, sem concentração em faixas maiores. Esses resultados indicam que quase metade da amostra corresponde a organizações com quadro extremamente reduzido, reforçando o predomínio de microempreendedores individuais (MEIs) e microempresas na amostra.

Do ponto de vista da discussão, esse cenário reflete uma característica típica das pequenas empresas brasileiras, nas quais há acúmulo de funções e baixa segregação de tarefas fatores que, segundo Padoveze (2012) e Magro e Cunha (2018), aumentam significativamente o risco de falhas e fraudes internas. Assim o número reduzido de colaboradores evidencia a importância de estratégias de controle adaptadas à realidade dessas empresas, priorizando práticas simples de acompanhamento financeiro e o uso de ferramentas tecnológicas acessíveis para mitigar riscos operacionais e contábeis.

## **4.2 Estrutura e Práticas de Controle Interno**

#### 4.2.1 Existência de controles Contábeis e Financeiros

**Figura 5 – Tipo de controle financeiro/contábil utilizado pelas empresas.**

| A empresa possui algum tipo de controle financeiro ou contábil ? Se sim, qual ? |   |   |                         |                |
|---|---|---|-------------------------|----------------|
| Nº  | Resposta Original                           | Descrição Resumida                        | Quantidade na Categoria | Percentual (%) |
| 1   | Não   | Não possui controle financeiro            | 4                       | 12,9%          |
| 2   | Sim   | Afirmou ter controle, mas não especificou | 7                       | 22,6%          |
| 3   | Sim, Sistema Domínio Thomson Reuters        | Uso de software contábil ou ERP           | 5                       | 16,1%          |
| 4   | Sim, por meio de planilhas no Excel         | Controle por planilhas                    | 6                       | 19,4%          |
| 5   | Todo controle que temos está com o contador | Controle feito por contabilidade externa  | 5                       | 16,1%          |
| 6   | Sim, controle de emissão e notas fiscais    | Registros manuais ou pontuais             | 4                       | 12,9%          |

**Fonte: Dados da pesquisa (2025)**

A questão buscou identificar se as empresas participantes possuem algum tipo de controle financeiro ou contábil e, em caso afirmativo, de que forma esse controle é realizado. Das **31 respostas obtidas**, verificou-se que **a maioria (71%) afirmou possuir algum tipo de controle**, enquanto **13%** relataram **não possuir** e **(16%) desconhece** controles internos na empresa.

Entre as empresas que declararam possuir controle, **19% utilizam planilhas eletrônicas (como Excel)** para gerenciar fluxo de caixa e despesas, **16% utilizam sistemas informatizados** (como ERP, Domínio, Contimatic, Tiny e Thomson Reuters), e **16%** relataram depender **do acompanhamento feito pela contabilidade externa**. Outras **13%** afirmaram adotar **controles simples**, como registros manuais de gastos, contas a pagar e emissão de notas fiscais.

Esses resultados indicam que, embora exista uma preocupação com o controle financeiro e contábil, a maior parte das empresas ainda utiliza métodos informais e não integrados, o que pode comprometer a confiabilidade das informações e a eficácia das rotinas de verificação. Os resultados estão alinhados com o cenário descrito por **Padoveze (2012)** e **Schmidt e Santos (2006)**, segundo os quais **micro e pequenas empresas** tendem a adotar controles simplificados devido à falta de estrutura administrativa e recursos financeiros. Essa limitação favorece o uso de **planilhas manuais** e **registros parciais**, que, embora funcionais, não asseguram um controle interno robusto.

#### 4.2.2 Responsável pelos Registros Contábeis

**Figura 6 - Presença de Responsável exclusivo pelos registros contábeis**



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

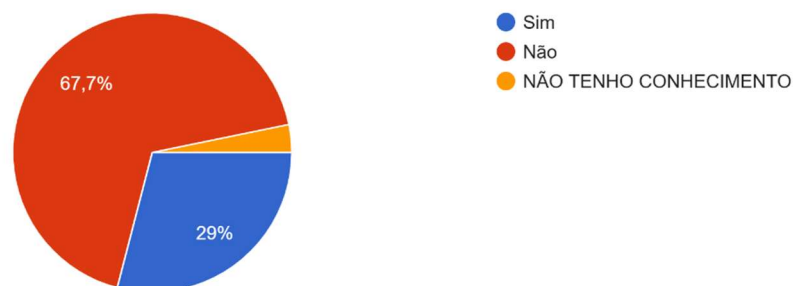
A Figura 6 apresenta a distribuição das empresas participantes quanto à centralização da responsabilidade pelos registros contábeis. Verifica-se que **51,6%** das empresas **informaram ter apenas um responsável pelos lançamentos contábeis**, enquanto **48,4%** indicaram que **essa função é compartilhada entre diferentes colaboradores ou terceirizada**. A predominância de um único responsável pode indicar uma fragilidade nos controles internos, principalmente pela ausência da segregação de funções um dos princípios fundamentais na prevenção de erros e fraudes, conforme preconizado pelo COSO. Essa prática, comum em micro e pequenas empresas com estruturas enxutas, aumenta a exposição a riscos operacionais e contábeis, além de comprometer a confiabilidade das informações financeiras. Esse dado

reforça a necessidade de adoção de mecanismos de revisão e supervisão, mesmo em ambientes com recursos limitados.

### 4.2.3 Segregação de Funções

**Figura 7 – Separação entre pagamento e registro de transações**

Quanto as contas a pagar, há a separação entre quem paga e quem registra ?  
31 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

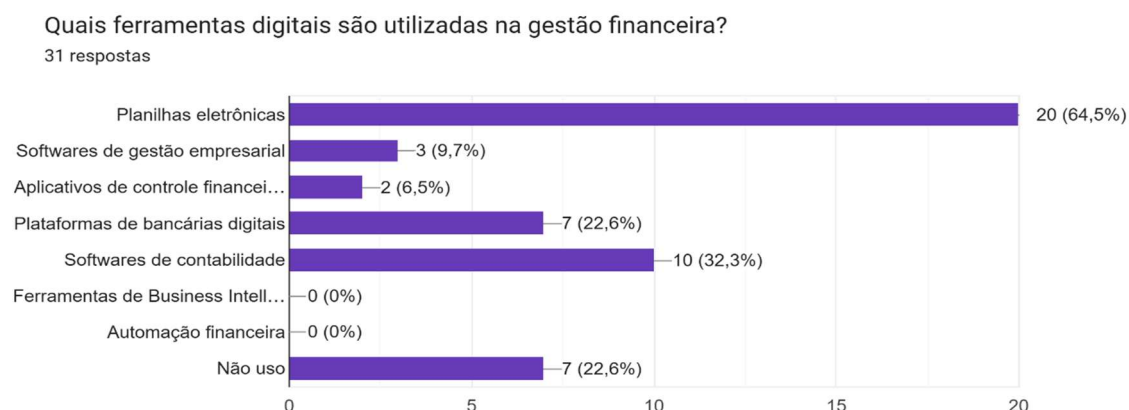
A Figura 7 apresenta a distribuição das respostas quanto à segregação das **funções** de pagamento e registro de contas a pagar. Observa-se que **apenas 29%** das empresas afirmaram **possuir separação** entre quem realiza o pagamento e quem efetua o registro contábil, **enquanto 67,7%** indicaram **não adotar essa prática**, e uma pequena parcela respondeu não ter conhecimento sobre o assunto.

Essa predominância da ausência de segregação de funções evidencia uma vulnerabilidade significativa nas pequenas empresas participantes, pois a concentração de responsabilidades aumenta a exposição a erros e fraudes contábeis (Padoveze, 2012; Magro e Cunha, 2018).

## 4.3 Tecnologia na Gestão Contábil

### 4.3.1 Ferramentas Digitais Utilizadas

## Figura 8 – Ferramentas digitais utilizadas na gestão contábil e financeira



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A Figura 8 apresenta as ferramentas digitais utilizadas pelas empresas na gestão financeira. Verifica-se que **64,5% utilizam planilhas eletrônicas** como principal recurso, seguidas por **softwares de contabilidade (32,3%)** e **plataformas de bancos digitais (22,6%)**. Um total de **22,6% declarou não utilizar nenhuma ferramenta digital**, enquanto **softwares de gestão empresarial (9,7%)** e **aplicativos de controle financeiro (6,5%) tiveram baixa adesão.**

Os dados evidenciam que a maioria das pequenas empresas ainda depende de ferramentas manuais e de baixo custo, como planilhas, que embora acessíveis, apresentam limitações quanto à segurança e à confiabilidade das informações. A baixa utilização de sistemas automatizados indica fragilidade nos controles internos, dificultando a detecção de erros e fraudes contábeis (Padoveze, 2012; COSO, 2013). Assim, reforça-se a importância da adoção gradual de tecnologias de automação e softwares integrados, que podem fortalecer os controles internos e contribuir para uma gestão financeira mais eficiente e segura.

### 4.3.2 - Intenção de Investir em Novas Tecnologias

## Figura 9 – Investimento em novas tecnologias

**A empresa considera investir em novas tecnologias para controle contábil ? Se sim, qual ?**

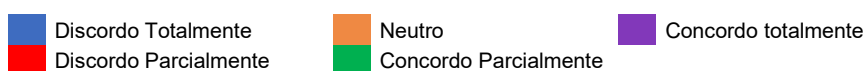
| Nº | Categoria / Resposta Original   | Descrição Resumida  | Quantidade | Percentual (%) |
|----|---|---|------------|----------------|
| 1  | Não / No momento não / Não no momento / Não. / não / Nao  | Não considera investir no momento                               | 10         | 45,45%         |
| 2  | Sim   | Afirma que poderia investir, mas sem especificar                | 2          | 9,09%          |
| 3  | Sim, com ERP robusto / Estudando proposta / Futuramente / Sistema atual atende / Em análise / Sistema Domínio / Sistema Sieg / Acredita necessário / Não tenho conhecimento | Interesse ou análise de investimento em tecnologias específicas | 10         | 45,46%         |

**Fonte: Dados da pesquisa (2025)**

A questão buscou identificar se as empresas participantes consideram investir em novas tecnologias para controle contábil. Das 22 respostas, **45%** afirmaram **não ter interesse no momento**, **9%** demonstraram abertura, mas sem especificar a tecnologia, e **46%** apresentaram respostas **mais detalhadas ou em análise**, incluindo ERP, sistemas como Domínio e Sieg, propostas em estudo ou planos para o futuro.

Os resultados indicam que a maioria das empresas ainda **prefere manter os sistemas atuais** ou está avaliando alternativas, refletindo um comportamento conservador comum em micro e pequenas empresas, possivelmente devido a **limitações de orçamento, conhecimento ou percepção da necessidade de mudança**. Esse cenário evidencia a importância de **educação tecnológica e demonstrações de benefícios**, especialmente diante do crescimento das operações e da complexidade contábil.

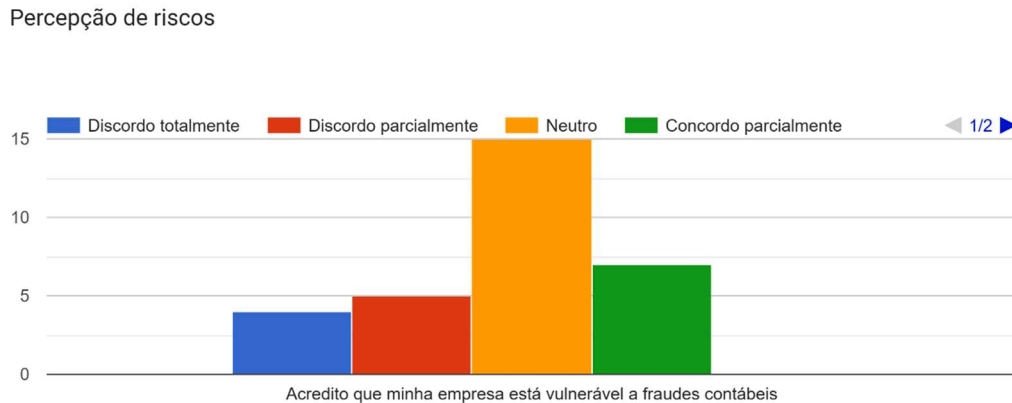
#### 4.4 Análise da Percepção dos Respondentes (Escala Likert)





#### 4.4.1 Percepção de Riscos Contábeis

**Figura 10 – Vulnerabilidade a fraudes contábeis segundo os respondentes**



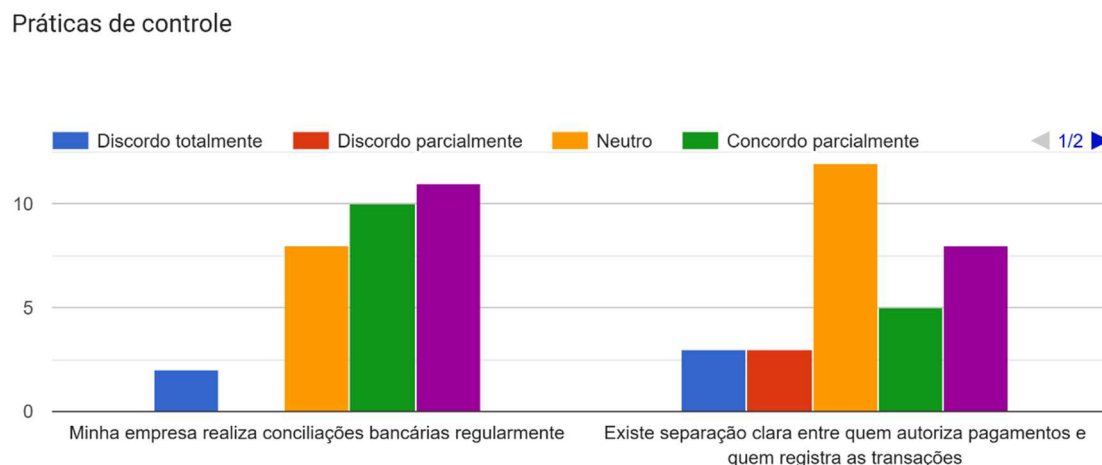
**Fonte: Dados da pesquisa (2025)**

A Figura 10 apresenta a percepção dos respondentes quanto à vulnerabilidade de suas empresas a fraudes contábeis. Dos 31 participantes, 15 (48,4%) optaram pela alternativa “Neutro”, demonstrando ausência de posicionamento claro em relação ao risco. Em seguida, 7 respondentes (22,6%) “concordaram parcialmente” com a afirmação, enquanto 4 (12,9%) “discordaram totalmente” e outros 4 (12,9%) “discordaram parcialmente”. A opção “Concordo totalmente” não foi visualmente representada no gráfico, o que pode indicar ausência de respostas nessa categoria ou uma falha na legenda.

Essa distribuição revela uma tendência à **indecisão ou falta de consciência** sobre os riscos de fraudes contábeis, o que pode estar associado à carência de conhecimento sobre controles internos ou à baixa estruturação administrativa das empresas participantes. Segundo Padoveze (2012), a ausência de percepção de risco compromete a eficácia dos controles, especialmente em pequenas empresas onde há acúmulo de funções e menor segregação de tarefas. Nesse contexto, torna-se fundamental adotar práticas de controle adaptadas à realidade desses negócios, com foco em **ferramentas acessíveis de monitoramento financeiro e capacitação dos gestores**, conforme apontam Magro e Cunha (2018).

#### 4.4.2 Práticas de controle

Figura 11 – Práticas de controle interno



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

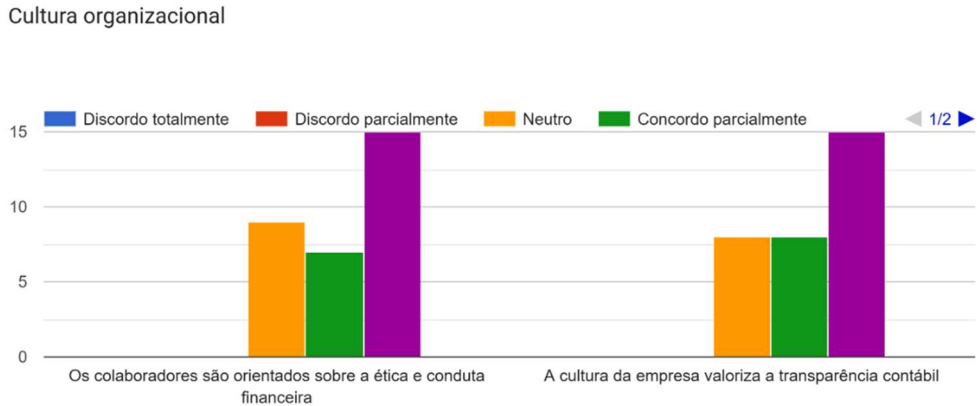
A Figura 11 apresenta a percepção dos respondentes sobre duas práticas de controle interno: a conciliação bancária regular e a separação de funções entre autorização e registro de pagamentos. Com relação à afirmação **“Minha empresa realiza conciliações bancárias regularmente”**, observa-se uma predominância de respostas positivas: 11 participantes (35,5%) **concordaram totalmente** e 10 (32,3%) **concordaram parcialmente**, totalizando 67,8% de concordância. Outros 6 respondentes (19,3%) adotaram uma postura **neutra**, enquanto 2 (6,5%) apresentaram algum grau de discordância. Esses dados indicam que a maioria das empresas realiza esse controle financeiro básico, o que pode ser interpretado como um sinal positivo de organização contábil, mesmo entre empresas de menor porte.

Em contrapartida, a segunda afirmação — **“Existe separação clara entre quem autoriza pagamentos e quem registra as transações”** — apresenta um cenário mais desfavorável. A maioria dos participantes (12, ou 38,7%) optou pela alternativa **“Neutro”**, indicando possível desconhecimento ou indefinição dessa prática em suas rotinas. Apenas 5 respondentes (16,1%) **concordaram totalmente** e 6 (19,3%) **concordaram parcialmente**, enquanto 8 (25,8%) **discordaram em algum grau**. Esse resultado evidencia fragilidades

estruturais nos controles internos, especialmente em empresas com quadro reduzido de pessoal, nas quais é comum o acúmulo de funções. Conforme ressaltado por Padoveze (2012), a ausência de segregação de funções é um fator crítico que amplia o risco de erros e fraudes, sendo necessário desenvolver estratégias compatíveis com a realidade das micro e pequenas empresas para mitigar essas vulnerabilidades.

#### 4.4.3 Controle organizacional

**Figura 12 – Percepções sobre ética e transparência contábil**



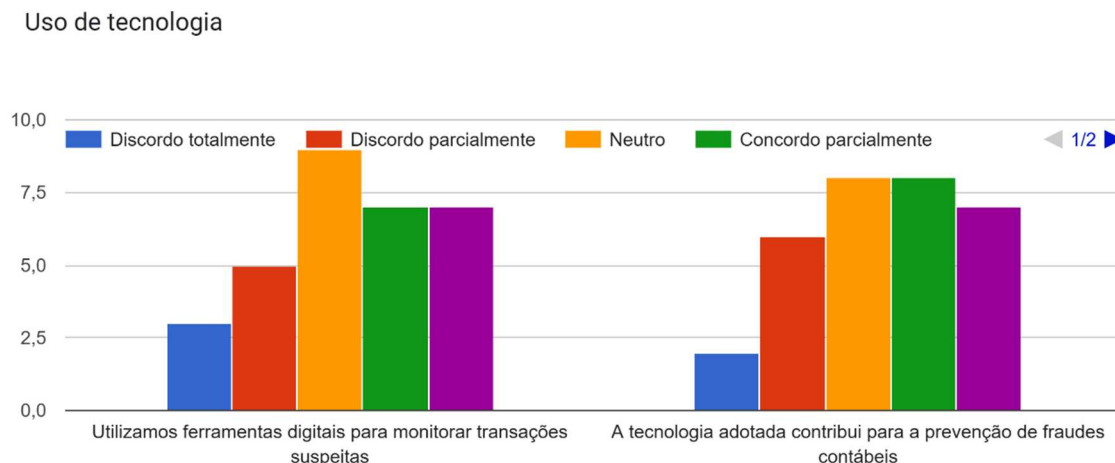
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A Figura 12 demonstra a percepção dos respondentes em relação a aspectos da cultura organizacional voltados à ética e à transparência contábil. Para a afirmação “**Os colaboradores são orientados sobre a ética e conduta financeira**”, observa-se que 15 respondentes (48,4%) **concordaram totalmente**, indicando um posicionamento claro quanto à existência de práticas educativas nesse sentido. Outros 7 (22,6%) apresentaram alguma **concordância parcial** ou **neutra**, enquanto uma parcela menor manifestou **discordância parcial ou total**, embora em número não especificado visualmente. Essa distribuição aponta para uma cultura organizacional relativamente comprometida com a integridade financeira, fator fundamental na prevenção de fraudes e no fortalecimento dos controles internos.

Com relação à afirmação **“A cultura da empresa valoriza a transparência contábil”**, a tendência se repete: 15 respondentes (48,4%) **concordaram totalmente**, enquanto os demais se dividiram entre posições **neutras** e **concordância parcial**, cada uma com aproximadamente 7 participantes (22,6%). A ausência de respostas nas categorias de discordância reforça a percepção de um ambiente organizacional favorável à clareza nas informações contábeis. Esse tipo de cultura é apontado por autores como Padoveze (2012) e Magro e Cunha (2018) como essencial para a efetividade dos controles internos, uma vez que promove valores como responsabilidade, prestação de contas e ética corporativa. Dessa forma, os resultados indicam que, embora ainda haja espaço para aprimoramento, os princípios de ética e transparência parecem estar razoavelmente consolidados nas organizações da amostra.

#### 4.4.4 Uso da tecnologia

**Figura 13 – Ferramentas Digitais**



**Fonte: Dados da pesquisa (2025)**

O gráfico apresentado na Figura 13 aborda o uso da tecnologia no contexto dos controles internos e da prevenção de fraudes. A primeira afirmação avaliada **"Utilizamos ferramentas digitais para monitorar transações suspeitas"** revela uma diversidade nas percepções dos respondentes. **A maioria concorda parcialmente ou está neutra quanto ao uso de tais**

**ferramentas**, enquanto uma **parcela significativa discorda parcialmente**. Isso sugere que, embora as ferramentas digitais estejam presentes em algumas organizações, ainda há resistência ou limitações quanto à sua implementação efetiva. A quantidade relativamente equilibrada de respostas entre concordância parcial, neutralidade e discordância parcial indica que o uso dessas tecnologias ainda não é uma prática consolidada ou uniforme no ambiente corporativo estudado.

Na segunda **afirmação "A tecnologia adotada contribui para a prevenção de fraudes contábeis"** observa-se um cenário ligeiramente mais positivo. As respostas indicam maior concordância com a eficácia da tecnologia na prevenção de fraudes, sendo **que a maioria dos respondentes está entre a neutralidade e a concordância parcial**. Isso reforça a percepção de que, embora ainda não completamente implementada ou utilizada em seu potencial máximo, a tecnologia já demonstra ser uma aliada relevante no fortalecimento dos controles internos. Assim, o gráfico evidencia a importância crescente das ferramentas tecnológicas na detecção e prevenção de irregularidades, ainda que seja necessário maior investimento e capacitação para otimizar seu uso nas organizações.

## **5 CONCLUSÃO**

O Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo compreender a importância dos controles internos na prevenção de fraudes contábeis em pequenas empresas, levando em conta suas limitações de estrutura, tecnologia e gestão. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que, embora essas empresas desempenhem um papel essencial na economia brasileira, muitas ainda enfrentam grandes desafios quando o assunto é segurança e confiabilidade das informações contábeis.

Foi possível perceber, com base no referencial teórico, que controles internos bem implementados não servem apenas para evitar erros ou fraudes, mas também fortalecem a governança, aumentam a confiança nos dados e ajudam a criar um ambiente mais transparente. Práticas como a segregação de

funções, a auditoria interna e a adoção de políticas de compliance mostraram-se fundamentais nesse processo.

A pesquisa de campo, realizada com 31 micro e pequenas empresas, confirmou parte dessas dificuldades: a maioria ainda utiliza controles manuais ou planilhas, com baixo uso de automação nos processos contábeis. Além disso, muitos negócios concentram as decisões financeiras em poucas pessoas, o que acaba aumentando os riscos. Por outro lado, foi positivo notar que boa parte dos gestores demonstrou preocupação com a ética e valorização da transparência, o que mostra uma abertura para mudanças e melhorias.

Outro ponto que merece destaque é o uso crescente mesmo que ainda pouco de ferramentas tecnológicas na contabilidade. Sistemas de gestão e softwares financeiros têm se mostrado aliados importantes, mesmo para empresas com recursos limitados, ajudando a melhorar a segurança, a organização e o controle das operações.

Diante disso, conclui-se que a prevenção de fraudes contábeis nas pequenas empresas passa pela construção de controles internos mais alinhados com a realidade de cada negócio, pelo comprometimento ético de todos os envolvidos e pela busca gradual por soluções tecnológicas acessíveis. Essas medidas, mais do que proteger as finanças, contribuem para a estabilidade e o crescimento das empresas no mercado.

Por fim, reforça-se que investir em controle, capacitação e inovação não deve ser visto como um gasto, mas como um passo essencial para garantir a continuidade, a competitividade e a responsabilidade na gestão contábil e financeira dos pequenos negócios.

## 6 REFERÊNCIAS

**AIROUT, R.; AZAM, S.; AIROUT, M.** Bibliometric insights into the intellectual dynamics of forensic accounting research. *Cogent Business & Management*, v. 11, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23311975.2024.2344748>.

**ALBUQUERQUE, Luiza Freire.** TCC Luiza Freire Albuquerque. Disponível em: <https://dspace.ufdpar.edu.br/jspui/bitstream/prefix/450/1/UM%20ESTUDO%20S>

OBRE%20A%20INSER%C3%87%C3%83O%20DO%20TEMA%20FRAUDE%20CONT%C3%81BIL.pdf.

**ALMEIDA, José Carlos de; ALVES, José Carlos de.** Comportamento dos profissionais de contabilidade frente aos dilemas morais: uma análise sob a ótica do Triângulo da Fraude. *Revista Ambiente Contábil*, v. 7, n. 2, p. 1-20, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/18732>.

**ALMEIDA, Luana Aguiar de; ALVES, José Roberto.** Fraude contábil: análise empírica à luz dos pressupostos teóricos do triângulo da fraude. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 13, n. 3, p. 1-20, jul./set. 2013. Disponível em: [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/2929/1827](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2929/1827).

**AMORIM, Carl; OLIVEIRA, José Carlos de.** Blockchain e os impactos para a contabilidade. Conselho Federal de Contabilidade, 2023. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/blockchain-e-os-impactos-para-a-contabilidade/>.

**ANEFAC.** Como a tecnologia está impactando a auditoria? Disponível em: <https://www.anefac.org.br/radar-anefac/como-a-tecnologia-esta-impactando-a-auditoria/>.

**ANDRADE, G. A. S. et al.** Fraude contábil: uma análise bibliométrica. São Paulo: FEA-USP, 2024.

**ATTIE, William.** Fraudes contábeis: conceitos, tipos e prevenção. São Paulo: Atlas, 2018.

**BARROS, L.** Fraudes contábeis e o triângulo da fraude: Pressão, Oportunidade e Racionalização. 2003.

**BOLDT, Raphael.** Uma análise crítica do triângulo da fraude de Donald Cressey: limitações e aplicações no contexto dos crimes corporativos. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 33, n. 388, p. 5–8, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14889490>. Disponível em: [https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim\\_1993/article/view/1659](https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1659).

**CALDEIRA, E.; MARQUEZ, F.** Tecnologia e automação contábil: impactos nos controles internos. 2010.

**CAMPA, D.; QUAGLI, A.; RAMASSA, P.** Os papéis e a interação de executores e auditores no contexto da fraude contábil: uma revisão da literatura contábil. *Journal of Accounting Literature*, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/jal-07-2023-0134>.

**COMITÊ COSO – COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION.** Controle interno – Estrutura integrada. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <https://www.coso.org/guidance-on-ic>.

**CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC).** NBC T12 – Norma Brasileira de Contabilidade: Fraudes contábeis. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: [https://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t12.htm?utm\\_source](https://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t12.htm?utm_source).

**CUNHA, M.; COLARES, A.** Papel estratégico do contador e auditor na era digital. 2023.

**DORNELAS, José Carlos Assis.** Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 9. ed. São Paulo: Empreende, 2018.

**DRUCKER, Peter F.** Administração de empresas: práticas e princípios. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

**GARCIA, O. P.; KINZLER, L.; ROJO, C. A.** Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. Revista Interface-UFRN/CCSA, v. 11, n. 2, p. 134-153, 2014. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/495>.

**GIL, A. C.** Métodos e técnicas de pesquisa social. 2008.

**HOSEINAEI, N.; NAKHAEI, H.; HAJIHA, Z.; NAKHAEI, K.** Apresentar um modelo de qualidade de auditoria baseado em indicadores de fraude para reduzir as atividades de lavagem de dinheiro. International Journal of Innovation Management and Organizational Behavior, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61838/kman.ijimob.4.3.23>.

**IUDÍCIBUS, Sérgio.** Contabilidade básica e aplicada. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13945/1/21508769.pdf>.

**LUNARDI, G. L.; DOLCI, P. C.; MAÇADA, A. C. G.** Impacto da tecnologia na contabilidade e auditoria. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716305052>.

**MAGRO, D.; CUNHA, L.** Auditoria interna e governança corporativa. Revista de Contabilidade e Organizações, 2017. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/4798/4819/0>.

**MAGRO, R.** Auditorias internas em pequenas empresas. 2017.

**MAGRO, R. S.; CUNHA, T. L. da.** Governança e ética nas pequenas empresas: desafios e práticas. São Paulo: Atlas, 2017.

**MEDEIROS, José Roberto; SÉRGIO, Francisco; BOTELHO, Luiz.** Contabilidade aplicada à gestão empresarial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

**MIGALHAS, Francisco Petros.** Fraudes contábeis: detecção e tipificação requer análise abrangente. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/politica-direito-e-economia-na-real/413552/fraudes-contabeis-deteccao-e-tipificacao-requer-analise-abrangente>.



**MONTEIRO, Diego.** COSO – conceito, atualizações e seus princípios. Crowe Horwath Brasil, 2025. Disponível em: [https://www.crowe.com/br/-/media/Crowe/Firms/Americas/br/CroweHorwathBR/novo/DIEGO\\_MONTEIRO\\_COSO-conceito-atualizacoes-e-seus-principios\\_.ashx?la=pt-BR&hash=BBA9EB277D05FF97829A90334F2E09E0862927B](https://www.crowe.com/br/-/media/Crowe/Firms/Americas/br/CroweHorwathBR/novo/DIEGO_MONTEIRO_COSO-conceito-atualizacoes-e-seus-principios_.ashx?la=pt-BR&hash=BBA9EB277D05FF97829A90334F2E09E0862927B).

**NAVARRETE, A.; GALLEG0, A.** Ferramentas de contabilidade forense para dissuasão de fraudes: uma abordagem qualitativa. Journal of Financial Crime, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/jfc-03-2022-0068>.

**OLIVEIRA, Dênio José de; PEREIRA, Maria Aparecida.** A importância do controle interno: um estudo bibliométrico nos principais congressos de contabilidade. GETEC, v. 9, n. 24, p. 37-57, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2259>.

**PADOVEZE, Clóvis Luís.** Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**RAMOS, Patrícia Keiko.** Fraudes contábeis: análise dos grandes escândalos corporativos ocorridos no período de 2000 a 2012. Curitiba, 2015.

**RC SROC, Vasco Oliveira.** O impacto da inovação tecnológica na auditoria e no trabalho do auditor. Disponível em: <https://www.rc-sroc.com/o-impacto-da-inovacao-tecnologica-na-auditoria-e-no-trabalho-do-auditor/>.

**SÁ, Antônio Lopes de.** História geral e das doutrinas da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1997.

**SÁ, José Carlos de Souza.** Fraude: definição, aspectos e prevenção. São Paulo: Atlas, 1997. Disponível em: [https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/24760/1/MARIA\\_DA\\_CONCEI%C3%87%C3%83O\\_DEFESA.pdf?utm\\_source](https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/24760/1/MARIA_DA_CONCEI%C3%87%C3%83O_DEFESA.pdf?utm_source).

**SANTOS, Maria Helena; SCHMIDT, Eduardo.** Funções da controladoria: uma análise no cenário brasileiro. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo.

**SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos; ARIMA, C. H.** Fundamentos de auditoria de sistemas. São Paulo: Atlas, 2006.

**SILVA, Daniel Ângelo Luiz da.** Fraudes contábeis: veja os perigos legais. Galvão & Silva Advocacia. Disponível em: [https://www.galvaoesilva.com/blog/direito-criminal/fraudes-contabeis/?utm\\_source](https://www.galvaoesilva.com/blog/direito-criminal/fraudes-contabeis/?utm_source).

**SILVA, J.** Automação de processos contábeis em pequenas empresas. 2023.

**SILVA, J.; COSTA, R.; SEGABINAZZI, P.** Tecnologia no fortalecimento do controle contábil. 2023.

**SOUZA, C. A. de; ZWICKER, R.** Implementação de sistemas ERP: um estudo de casos comparados. In: Encontro Anual da ANPAD, 24., 2000, Florianópolis. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2000. Disponível em: [https://revistaseletronicas.pucrs.br/face/article/view/18301/13270?utm\\_source](https://revistaseletronicas.pucrs.br/face/article/view/18301/13270?utm_source).

**SOUZA, C. A. de; ZWICKER, R.** Sistemas ERP: conceituação, ciclo de vida e estudos de casos comparados. In: SOUZA, C. A. de; SACCOL, A. Z. (Org.). Sistemas ERP no Brasil: teoria e casos. São Paulo: Atlas, 2003. [https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/download/177/195/1734?utm\\_source](https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/download/177/195/1734?utm_source).

**SOUZA, J. P. C.; BARROS, L. A. M.** Práticas de governança corporativa e seus efeitos sobre o desempenho organizacional em pequenas empresas. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas, v. 4, n. 2, p. 59-78, nov. 2019. Disponível em: [https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/206/308?utm\\_source](https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/206/308?utm_source).

**SONZA, A.; KLOECKNER, L.** Governança corporativa em pequenas empresas. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rcf/article/view/85358/88185>.

**SEBRAE/SC.** Qual o papel das pequenas empresas na economia brasileira. Sebrae SC, 26 set. 2023. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/qual-o-papel-das-pequenas-empresas-na-economia-brasileira>.